

ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA: AVANÇOS INSTITUCIONAIS

ASISTENCIA TÉCNICA EN ARQUITECTURA, URBANISMO E INGENIERÍA: AVANZOS INSTITUCIONALES

TECHNICAL ASSISTANCE IN ARCHITECTURE, URBANISM AND ENGINEERING: INSTITUTIONAL ADVANCES

EIXO 3 – Interfaces entre universidade e sociedade através do projeto: ensino, pesquisa e extensão

Angela Gordilho Souza

Dra.FAUUSP e Profa. PPGAU-FAUFBA

Resumo: O clamor recente nas ruas das cidades brasileiras sinalizam, entre outras tantas questões, a renovação dos movimentos pela reforma urbana. As primeiras iniciativas, surgidas no início dos anos 60, com os arquitetos, foram estancadas no longo período de autoritarismo militar, renascidas nos anos 80 com o movimento popular por moradia, culminando na formulação da Lei Federal 10.257/2001 – Estatuto das Cidades –, agora evidenciada pelas amplas manifestações da sociedade civil, mobilizadas pela geração *facebook*. Muito se avançou desde então; entretanto não conseguimos aplicar efetivamente essas conquistas na construção democrática das cidades. O artigo apresenta novas possibilidades de avanços institucionais, com foco no tema da assistência técnica para habitação, direito à cidade e o papel da universidade. Para isso traz a experiência recente da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, implantada pela Universidade Federal da Bahia, como pós-graduação *lato sensu*, e oferecido pela Faculdade de Arquitetura, em parceria com a Escola Politécnica, semelhante ao que já ocorre na medicina. Esse projeto, gestado coletivamente nos últimos anos, finalmente põe em prática a Lei Federal 11.888/2008 – Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social –, com potencialidade para se ampliar como atividade continuada, em rede nacional. Essa experiência de interface entre ensino, pesquisa e extensão visa capacitar profissionais e cidadãos para viabilizar projetos inovadores de inserção urbana e inclusão social, aprendendo com a cidade, em um amplo e permanente diálogo, que defina novos compromissos pelo direito à cidade.

Palavras-chave: Assistência Técnica; Universidade; Residência Profissional; Habitação; Direito à Cidade.

Resumen: El reciente clamor en las calles de las ciudades brasileñas indican, entre otras cosas, la renovación de los movimientos por la reforma urbana. Las primeras iniciativas que surgieron a principios de los años 60, con los arquitectos, se han detenido en el largo período de autoritarismo militar y se han reanimado en los años 80 con el movimiento popular para la vivienda, que ha llevado a la formulación de la Ley Federal 10.257 de 2001 – Estatuto de la Ciudad – ahora evidenciada por las grandes manifestaciones de la sociedad civil con la movilización de la generación *facebook*. Mucho se ha logrado desde entonces; sin embargo no podemos aplicar efectivamente estos logros en la construcción democrática de las ciudades. El artículo presenta nuevas posibilidades para el progreso institucional, con el enfoque en el tema de la asistencia técnica a la vivienda, derecho a la ciudad y el papel de la universidad. En el texto se examina la experiencia reciente de la Residencia Profesional en Arquitectura, Urbanismo e Ingeniería, puesta en marcha por la Universidad Federal de Bahía, como posgrado, ofrecido por la Escuela de Arquitectura, en colaboración con la Escuela Politécnica, similar a lo que ya ocurre en la Facultad de Medicina. Este proyecto, creado en conjunto en los últimos años, finalmente ha puesto en práctica la Ley Federal 11.888 de 2008 – Asistencia Técnica Pública y Gratis para la Vivienda Social – con la posibilidad de ampliar la actividad continua en la red nacional. Esta experiencia de la interfaz entre la enseñanza, la investigación y la extensión tiene como objetivo formar profesionales y ciudadanos que puedan realizar proyectos innovadores de inserción urbana y inclusión social, aprendiendo con la ciudad en un diálogo amplio y permanente que establezca nuevos compromisos por el derecho a la ciudad.

Palabras-clave: Asistencia Técnica; Universidad; Residencia Profesional; Vivienda; Derecho a la Ciudad

Abstract: *The recent clamor on the streets of the Brazilian cities, among other issues, indicates the renovation of the urban reform movements. The first initiatives, which occurred in the early 60s, with the architects, were stopped during the long period of military authoritarianism, and reborn in the 80s with the social movement for housing, that culminated in the Federal Law 10,257/2001 – Statute of Cities – now evidenced by the huge civil society demonstrations, mobilized by the facebook generation. Much progress has been made since; however these achievements were not effectively implemented in the democratic construction of cities. The article presents new opportunities for institutional attempts, focusing on the topic of housing technical assistance, the right to the city and the role of the University. So this brings up the recent experience of the Professional Residence in Architecture, Urbanism and Engineering, implemented by the Federal University of Bahia, as a lato sensu graduate program that was offered by the Architecture School in partnership with the Engineering School, similar to what already occurs in medicine schools. This recent project, conceived collectively, finally puts into practice the Federal Law No. 11,888/2008 – Free and Public Technical Assistance for Social Interest Housing –with potentiality to expand as a continuing activity on national level. This experience of interface between teaching, research and extension aims to empower professionals and citizens to make innovative projects of urban insertion and social inclusion, learning from the city, in a continuous dialogue, that sets new commitments for the right to the city.*

Keywords: *Technical Assistance; University Professional Residence; Housing; Right to the City*

ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA: AVANÇOS INSTITUCIONAIS

PELO DIREITO À CIDADE ¹

Nossas cidades estão pedindo socorro e os cidadãos gritam por mudanças! O clamor das muitas vozes que tomam as ruas das cidades brasileiras nesse novo tempo sinalizam, entre outras tantas questões, que estamos avançando na renovação dos movimentos pela reforma urbana. As primeiras iniciativas, surgidas no início dos anos 60, com os arquitetos, foram estancadas por um longo período de autoritarismo, renascidas a partir dos anos 80 pelos movimentos sociais por moradia, culminando na formulação da Lei Federal No. 10.257/2001 – o Estatuto das Cidades –, agora evidenciada pelas amplas manifestações da sociedade civil, mobilizadas pela geração *facebook*, como pode ser lido nos milhares de cartazes trazidos pelos jovens na chamadas jornadas de junho de 2013.

Muito se conquistou desde então: temos leis inovadoras, políticas inclusivas, instrumentos participativos, além de recursos, afinal somos a 6ª. maior economia do mundo, preponderante país emergente, diante de uma profunda crise econômica mundial. Entretanto não conseguimos aplicar efetivamente essas conquistas na construção democrática das cidades. Tampouco tirar o melhor proveito dessa situação vantajosa, para investimentos sociais promissores de inclusão e melhores cidades.

Em vez disso, vemos surgir, de forma autoritária, megaprojetos de custos excessivos, que privatizam os espaços públicos, configurando cidades seletivas pela exclusividade de acessos e consumo urbano. Esses grandes investimentos são definidos sem que haja a necessária discussão da cidade, das suas demandas e das melhores opções alternativas de aplicações dos recursos públicos para benfeitorias coletivas. Na ausência de um planejamento mais democrático, o “planejamento invisível” dos interesses particulares e de mercado vai se desenhando com mais vigor.

¹ Esse texto introdutório se baseia em artigo da, com o mesmo título, publicado no Jornal A Tarde, p.A2-Opinião, Salvador-Ba, em 24 de julho de 2013, por ocasião do lançamento da Residência AU+E/FAUFBA (GORDILHO-SOUZA, 2013)

Contudo, a guinada por mudanças está na ordem do dia: na mobilidade, são exigidas ciclovias, transportes públicos eficientes, áreas verdes e patrimônio ambiental preservados e multiplicados; as comunidades de periferias clamam por existirem com mais dignidade, com urbanização adequada e inseridas no corpo da cidade de todos; na construção de novas habitações de interesse social, avançamos na aplicação de subsídios, mas retrocedemos na implantação de grandes e monótonos conjuntos, sem arquitetura adequada, distantes de equipamentos coletivos, serviços e trabalho; dentre tantas outras, são definições que viabilizam o direito à cidade.

Nesse contexto, os arquitetos, urbanistas e engenheiros, profissões com funções de projetar e construir espaços, no âmbito do complexo trabalho transdisciplinar de pensar e fazer cidades melhores e mais inclusivas, sentem-se impotentes para implementar a invenção e uso das técnicas mais adequadas. Entretanto nesse momento, fortalecidos pelo vontade coletiva que se insinua para definição de outras prioridades, esses profissionais devem estar aptos para atuar juntos com moradores e gestores nas melhores iniciativas para as mudanças necessárias.

Contribuindo para isso, a Universidade Federal da Bahia por meio da Faculdade de Arquitetura, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e do LabHabitar – Laboratório de Habitação e Cidade –, em parceria com a Escola Politécnica, lançou a proposta da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (AU+E/UFBA), como especialização, semelhante ao que já ocorre na medicina, para viabilizar Assistência Técnica em Habitação e Direto à Cidade², com o ingresso da sua primeira turma, no primeiro semestre letivo de 2013. Este projeto, gestado coletivamente nos últimos anos, finalmente põe em prática a Lei Federal No.11.888/2008, para Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social. Inaugura-se esse curso, com perspectivas que se amplie como atividade continuada, em rede nacional. Para isso, o apoio de instituições de interesse público, de municípios aderentes e de movimentos pela moradia digna, é fundamental, como base de sustentação, aprimoramento e replicação.

² A proposta foi elaborada como pós-graduação *lato sensu*, pela profa. Angela Gordilho Souza, como coordenadora do LabHabitar/PPGAU-FAUFBA, em março de 2011, logo recebendo adesão de outros professores no seu aprimoramento. (GORDILHO-SOUZA, 2011). Foi, em seguida, aprovada pelo Colegiado do PPGAU e pela Congregação da FAUFBA, em julho de 2011. Encaminhada então à Pro-Reitoria de Extensão, foi aprovada como curso de especialização (UFBA, 2011), sendo a primeira turma de residentes efetivamente instalada em, no início do ano letivo 2013.

Propõe-se, com essa extensão da universidade, capacitar profissionais e cidadãos para viabilizar projetos inovadores de inserção urbana e inclusão social, aprendendo com a cidade, em um amplo e permanente diálogo que defina novos compromissos na construção dos espaços onde vivemos.

SOBRE A COMPLEXA REALIDADE URBANA BRASILEIRA

Habitação, entendida no seu sentido amplo de moradia na inserção urbana, tem sido uma questão crônica nas grandes cidades brasileiras desde o início do século XX, não apenas nas dimensões quantitativas bem como qualitativas. No cerne da questão: o processo acelerado de crescimento urbano, renda insuficiente para a maioria da população, acesso restrito à terra urbanizada e políticas públicas ineficazes, seletivas e descontinuas³.

Nas grandes cidades brasileiras, resultam em espaços urbanos altamente segregados, excludentes, deficientes, cada vez mais conflituosos e inviáveis para o alcance do planejamento urbano adequado, em prol de cidades mesmo desiguais. Constitui um amplo processo de ocupação informal na produção do espaço, sem parâmetros coletivos, abrangendo, além da construção precária, problemas de infraestrutura, acessibilidade, saneamento, regularização fundiária, equipamentos coletivos, dentre outras demandas acumuladas e crescentes. Nesse processo, empreendido sobretudo pela autoconstrução, a assistência técnica tem um papel fundamental.

Atualmente, quase a metade da população brasileira concentra-se nas grandes áreas urbanas, sendo aproximadamente 87 milhões de habitantes nas 35 regiões metropolitanas e metade disso nas 10 maiores metrópoles. Embora o Censo 2010 aponte uma urbanização ampliada no território brasileiro, sobretudo nas regiões do Centro-Oeste e Norte, as metrópoles seguem abarcando significativa parcela da população brasileira. Concomitantemente, ocorre uma tendência de crescimento de cidades médias, sobretudo nos municípios integrantes das regiões metropolitanas, entretanto mantendo as mesmas problemáticas verificadas historicamente nas grandes cidades (IBGE, 2011).

³ Vários autores no Brasil analisam essas questões, entre eles: MARICATO, 1997 e 2011; TASCHNER, 1993; BONDUKI, 1999; ROLNIK, 1997 e 2010; VALADARES, 1968; RIBEIRO, 1997; BRANDÃO, 1978, GORDILHO-SOUZA, 1990 e 2000; dentre outros.

Nas metrópoles portanto se situa prioritariamente o déficit habitacional, estimado em 5,6 milhões de moradias, em contraste ao índice similar de domicílios vagos. Conforme dados recentes do Ministério das Cidades, embora o déficit de moradias venha apresentando tendência de diminuição nos últimos anos, com a oferta significativa de novas habitações, em termos relativos representa 9,7% do estoque de domicílios do país, e se concentra na faixa da população com renda até R\$2.325 -96,6% (BRASIL, 2011).

Já o déficit qualitativo, que exprime a ausência de conteúdos de cidade, em grande parte das áreas urbanas, esse também é expressivo. Encontra-se sobretudo nas ocupações informais das favelas, vilas e invasões das grandes cidades, definido pela inexistência ou ausência de infraestrutura adequada, densidades muito elevadas, escassez de áreas livres e de equipamentos coletivos, dentre outros atributos urbanísticos necessários para um habitar de qualidade. Constitui uma demanda ainda mais grave, pela complexidade das intervenções necessárias, chegando-se a situações limites, como em Salvador, terceira maior capital em população no país, onde o índice de informalidade da ocupação urbana atinge mais da metade das habitações existentes, conforme dados de pesquisas recentes incorporadas no seu Plano Municipal de Habitação, 2008-2025 (SALVADOR, 2008; GORDILHO-SOUZA, 2008).

Como já observado, esses processos desencadearam, desde a década de 1960, os movimentos em prol de mudanças sociais, que, entre outras demandas, conclamavam pela Reforma Urbana, tendo os arquitetos à frente, culminando com o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana – referência histórica para os temas urbanos e habitacionais em nosso país –, realizado pelo IAB no ano de 1963, no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Esses movimentos foram estancadas no longo período de autoritarismo militar, renascidos nos anos 80 com o movimento popular por moradia. Como resultado desse processo, destaca-se a introdução do capítulo de política urbana da Constituição de 1988, expressa nos artigos 182 e 183, sobre o direito social à moradia e obrigatoriedade de planos diretores urbanos, regulamentados pela Lei no 10.257/2001, de iniciativa popular, conhecida como Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001; BASSUL, 2002).

Inspirado nesses movimentos pela Reforma Urbana e nos princípios do direito à cidade, preconizados por Henri Levebvre (1968), o Estatuto das Cidades vem acolher os anseios da sociedade civil na criação de instrumentos para o alcance de cidades mais inclusivas e pelo amplo acesso aos direitos urbanos. Para isso, incorpora-se o conceito de direito à moradia abrangendo não apenas a unidade habitacional, mas a sua integração ao ambiente urbano.

Nesse sentido, a partir de 2003, com a criação do Ministério das Cidades, lei No 10.683, de 28 de maio de 2003, foram implantadas novas políticas urbanas – habitação; saneamento; mobilidade; programas urbanos – (BRASIL, 2003). Definiu-se, então, um novo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), com a criação de Fundo Nacional de Habitação (FNHIS) e seu Conselho Gestor, com grande impulso de financiamentos diretos para estados e municípios, além de programas de crédito dirigidos diretamente para as associações de moradia e auto-gestão. Vem assim ocupar um vazio institucional que retirava o governo federal da discussão sobre a política urbana e o destino das cidades, bem como introduzir marcos institucionais ou regulatórios claros para as políticas setoriais urbanas (MARICATO, 2007).

Essas novas possibilidades incluem programas de modernização institucional, investimentos de melhorias urbanísticas e habitacionais, regularização fundiária e produção de novas habitações. Assim, passam a ser obrigatórios planos diretores e planos de habitação para municípios acima de 50 mil habitantes, incrementando-se a concepção, que “produzir habitação é produzir cidades”, (BONDUKI, 2010, apud BRASIL 2010). Também define-se uma política de reabilitação de áreas urbanas centrais, com a proposta de transformação de prédios e imóveis vazios ou subutilizados, em moradia, como estratégia de ampliação do espaço de urbanidade para todos (ROLNIK, 2007). Nesse contexto também foram lançados novos programas nacionais, como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2006, e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009, envolvendo recursos de grande monta e forte subsídio para habitação de interesse social.

Mais recentemente, observa-se uma forte indução de produção acelerada de unidades habitacionais, com o predomínio de investimentos no mercado imobiliário, intensificado pelos investimentos do PMCMV. Ainda que esse programa social

venha atingindo altos índices quantitativos (em apenas três anos foram produzidas um milhão de novas habitações no Brasil, com previsão de mais dois milhões até 2014), as críticas aos resultados qualitativos dessa produção têm sido severas, sobretudo no que se refere ao projeto e inserção urbana e acesso à terra urbana (ROLNIK, 2010; MARICATO, 2011; e FERREIRA, 2012). Também, não são priorizadas as intervenções em requalificação do grande número de imóveis vagos existentes nas áreas centrais, tampouco nas periferias ocupadas informalmente, privilegiando-se vazios distantes dos núcleos urbanos. Nesse processo, observa-se também uma ampla terceirização de serviços e descontinuidade técnico-administrativas em relação à gestão pública na implantação dos planos de habitação já elaborados (GORDILHO-SOUZA, 2011a).

Esses novos investimentos federais, para além das regiões metropolitanas, atingem também as cidades médias e pequenas, que nessa última década vêm apresentando maiores taxas de crescimento populacional, incentivada por vários fatores, tais como: descentralização de atividades econômicas, implantação de novas universidades; alocação de profissionais concursados; aumento de custo de vida nas grandes cidades; melhoria de renda da classe “C”; políticas compensatórias, como a bolsa família, além de terra urbana de menor custo.

Com a ampliação da renda, assinala-se um maior consumo de materiais de construção, configurando uma grande dinamização imobiliária nas áreas de ocupação informal. São processos que demandam uma ampla e contínua atuação de políticas públicas e capacitação profissional nessa área de atuação, tanto em relação às iniciativas de auto-construção, quanto aos municípios de pequeno porte, que, diante da carência técnica, não conseguem viabilizar a elaboração de planos e projetos voltados para melhoria habitacional e urbana. Essas situações são constatadas pelas baixas demandas institucionais das prefeituras no acesso aos programas federais, pela lentidão na elaboração e execução de projetos e pelo retorno significativo de recursos públicos federais alocados. Nas prefeituras de cidades de menor porte, não existem técnicos especializados para atuação em arquitetura, urbanismo e engenharia, que auxiliem, elaboração de planos e projetos participativos, captação de recursos, acompanhamento e execução de obras (GORDILHO-SOUZA, 2011).

Nesse sentido, como iniciativa promissora, destaca-se o provimento de assistência técnica profissional para populações de baixa renda, o que vem a fortalecer o papel dos municípios e estados no incentivo à auto-gestão e à co-gestão, de forma orientada e mais adequada, sobretudo no que se refere à regulamentação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e urbanização de áreas de ocupação informal, áreas de vacância e construções deterioradas. A assistência técnica especializada nessa área de atuação também se faz necessária no apoio às iniciativas de entidades de moradia popular, associações de bairros e organizações não-governamentais de interesse público, que demandam a elaboração de projetos sociais de autogestão no acesso aos programas disponibilizados, a exemplo do Crédito Solidário, PMCMV Entidades, regularização fundiária, mutirões, vilas agrícolas, dentre outras possibilidades (GORDILHO-SOUZA, 2011).

Num breve histórico de iniciativas universitárias para implantação de projetos de extensão e cursos de especialização nessa área de atuação, indicam-se algumas voltadas para cursos de especialização em planejamento urbano e regional, como foram aqueles financiados pela SUDENE, no final da década de 1970; bem como os laboratórios de habitação, na década de 1980; algumas experiências ações de combate à pobreza e à exclusão, por meio do Programa Universidade Solidária, na década de 1990; entre outros. Manteve-se, entretanto a tradição do ensino de arquitetura, urbanismo e engenharia, de capacitação profissional para as demandas da cidade formal e do mercado imobiliário, voltada para a as populações de rendas mais altas. (UFBA, 2011).

As demandas acumuladas e o momento atual de fortes investimentos na produção da habitação de interesse social no país exige um grande número de profissionais habilitados na atuação em assistência técnica para projeto e construção, como meio de incrementar os direitos assegurados pelo Estatuto das Cidades e fortalecimento da cidadania.

Em complementação, a Lei Federal No. 11.888/2008 traz o respaldo legal para atividades de assistência técnica nessa área de atuação, com várias possibilidades, incluindo profissionais inscritos em programas de residência acadêmica ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos (BRASIL, 2008). Voltada para assistência técnica pública e gratuita na área

de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, seu conteúdo serviu como base para a proposta a seguir apresentada, visando contribuir para a construção coletiva de cidades mais democráticas, melhores e mais justas.

SOBRE A PROPOSTA DE RESIDÊNCIA EM AU+E/UFBA

O projeto em tela vem implementar a Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, por meio de Curso de Pós-Graduação, *lato sensu*, integrado a atividades de ensino, pesquisa e extensão, semelhante ao que já ocorre na Residência Médica⁴. Está voltado para a Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, incorporando profissionais dessas áreas de atuação e áreas afins, de forma multidisciplinar, além dos docentes e discentes da graduação e pós-graduação, instituições públicas e as comunidades envolvidas nos projetos.

A proposta foi elaborada em 2011, no âmbito da Faculdade de Arquitetura, contando com a parceria da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (UFBA), originalmente apresentada pelo LabHabitat ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e aprovada em última instância, pela Pró-Reitoria de Extensão dessa universidade (GORDILHO-SOUZA, 2011 e UFBA, 2011). Prevendo-se oferta gratuita e anual, a primeira edição foi efetivamente implantada em 2013, funcionando no então recém fundado Núcleo de Extensão da FAUFBA.

Tem como objetivo principal, viabilizar, de forma sistemática, assistência técnica pública e gratuita em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, voltada para comunidades carentes e municípios demandantes, ampliando a inserção social da universidade pública, por meio de atividades integradas de ensino-pesquisa-extensão na pós-graduação, para capacitação profissional, implementação e inovação de projetos nessas áreas, contribuindo para uma melhor qualidade de moradia, desenvolvimento da social e ampliação de cidadania.

⁴ A Residência Médica no Brasil existe desde a década de 1940 como forma de garantir ao médico recém formado a oportunidade de ter uma vivência prática dentro de instituições de saúde, sob a orientação de profissionais médicos qualificados. Instituída pelo Decreto nº 80.281, de 5/9/1977, mesmo decreto que criou a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), funciona como uma modalidade de pós-graduação destinada a médicos, sob a forma de curso de especialização. Na portaria interministerial nº 9, de 28/6/2013 (Ministério de Educação e Ministério de Saúde), o valor da bolsa assegurada ao médico-residente, em regime especial de treinamento em serviço de 60 horas semanais, foi fixado em R\$ 2.976,26. São oferecidas cerca de 27 mil vagas em 53 especialidades, para todo o país (RESIDÊNCIA MÉDICA, 2013).

Dentre os objetivos específicos, destacam-se:

- a. Elaborar projetos com ênfase em habitação de interesse social e melhor qualidade de moradia;
- b. Apoiar as comunidades e municípios envolvidos na elaboração de projetos para fomento e construção;
- c. Capacitar profissionais e gestores como especialistas nessa área de atuação;
- d. Promover oficinas e outras atividades que incorporem a participação das comunidades alvo e o fortalecimento da cidadania;
- e. Incorporar as atividades de assistência e inovação técnica à pós-graduação, de forma sistêmica e pluridisciplinar;
- f. Fortalecer os planos municipais e estadual de habitação vinculados ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e apoiar a elaboração de projetos à consórcios municipais;
- g. Incrementar a formação de rede nacional e intercâmbios internacionais para atuação e divulgação ampliada de informações e experiências desenvolvidas.

Visa assim a formação de recursos humanos, associada à prestação de serviços de assistência técnica nessa área de atuação, de forma participativa e integrando Universidade – Comunidade – Gestão Pública. Essa iniciativa, ao pôr em prática a referida Lei de Assistência Técnica, representa uma nova experiência no âmbito da universidade, na formação de profissionais habilitados nessa área e na constituição de novos arranjos sociais, com engajamento das comunidades envolvidas e apoio de entidades representativas. Inclui, simultaneamente, capacitação, prestação de serviço e elaboração de projeto participativo de interesse social, voltado para pequenos municípios e comunidades carentes.

Na definição dos conteúdos e metodologia do curso, tem-se como pressupostos: a) conceito de habitação, abrangendo não apenas a unidade habitacional, mas integrado ao ambiente do habitar e a sua inserção urbana (infraestrutura, saneamento, equipamentos coletivos, áreas públicas abertas, além da segurança física e preservação ambiental. b) atuação prioritária em cidades pequenas e médias, carentes de atuação profissional nas áreas indicadas, bem como bairros periféricos nas grandes cidades e assentamentos rurais, que demandem esse tipo de assistência técnica. c) a especialização nessa área pressupõe uma ação

participativa, em comunicação permanente com as comunidades envolvidas, nas definições de intervenção e na formação cidadã das populações envolvidas.

Um total de 46 professores foram credenciados na sua implantação, sendo 35 professores permanente da UFBA e 11 professores colaboradores de outras instituições da Bahia, além de professores convidados para seminários e oficinas, de outras universidades brasileiras e de instituições estrangeiras, com atuação reconhecida nessa temática e titulação mínima de mestrado ou especialista.

Nessa edição piloto foram ofertadas 25 vagas, incluindo gestores e recém formados, com carga horária de 20 horas semanais, ainda sem alocação de bolsas. Nesse sentido, a atuação se dará preferentemente no universo da Região Metropolitana de Salvador, para, futuramente, com viabilização de bolsas, atuar em outros municípios da Bahia ou mesmo em outros estados de origem do residente.

Na seleção do candidato, considerou-se a aprovação prévia do currículo do proponente e seu potencial para o projeto a ser desenvolvido, sob orientação de um professor tutor, atendendo a uma demanda de instituição pública ou da comunidade envolvida no município no qual o residente deverá atuar.

O desenvolvimento e finalização do curso deverá atender ao prazo mínimo de 14 (catorze) meses e máximo de 16 (dezesesseis) meses, totalizando 40 créditos acadêmicos (408 horas – 24 créditos; sendo 340 horas-aula e 68 horas para elaboração do trabalho final, o projeto/pesquisa orientada) e 16 créditos de trabalho de campo (mínimo de 960 horas de residência), distribuídos em três períodos:

1º. Período – Disciplinas, seminários e definição do projeto a ser desenvolvido: total de 4 (quatro) meses, dedicados à capacitação teórico-conceitual e técnica, com quatro disciplinas temáticas, divididas em módulos, com a participação dos professores credenciados, e uma disciplina no formato de seminários aberto ao público, ministrados na UFBA, com a participação de convidados, com carga horária total de 340 horas-aula (4hs./dia e 17 semanas - 5 dias), 20 créditos (1c.=17hs.), compreendendo os seguintes temas:

1. Produção do espaço, políticas urbanas e direto à cidade (4 créditos)
2. Projetos de urbanização, infraestrutura e meio ambiente (4 créditos)

3. Planejamento e projeto de arquitetura, urbanismo e engenharia para assistência técnica (4 créditos)
4. Metodologias e técnicas para projetos participativos (4 créditos)
5. Seminários (4 créditos)

2º. Período – Residência para desenvolvimento do trabalho social e de campo: mínimo de 8 (oito) e máximo de 10 (dez) meses, para discussão com a comunidade, coleta de dados para o projeto, estudos preliminares, assistência técnica, oficinas, seminários e outras atividades práticas de extensão, com participação de gestores públicos e comunidades envolvidas, com carga horária mínima de 960 horas de trabalho, mínimo de 16 créditos (1c.=60hs.).

3º. Período – Elaboração e apresentação do Trabalho Final: 2 meses, para finalização do projeto desenvolvido, resultante das atividades em campo e na universidade, compreendendo um total de 68 horas de projeto/pesquisa orientada (8hs.-dia e 8 semanas), 4 créditos (1c.=17hs.).

O trabalho final deverá ser apresentado na forma projetual-propositiva, elaborado de forma participativa, com análise sobre o tema do projeto, devendo constar também de Termo de Referencia, incluindo dimensionamentos e especificações para fomento e implantação, com a devida anotação de responsabilidade técnica do profissional-residente. A depender do grau de complexidade e da área de formação do residente, o projeto será finalizado na forma de estudo preliminar, ante-projeto ou projeto executivo, definido em comum acordo na realização da pré-banca de avaliação do projeto inicial, após o período de disciplinas, devendo ser, ao final, doado à comunidade.

Nesse processo de capacitação técnica ampliada, criam-se também condições de fomento para execução dos projetos desenvolvidos. Dessa forma, almeja-se incrementar a elaboração de projetos de referência nessa área de atuação, viabilizando capacitação técnica e potencializando recursos para futuras intervenções nas comunidades envolvidas, além do incremento para inovações tecnológicas, parcerias institucionais, redes de divulgação e das possibilidades de consórcios públicos que envolvam um grupo de municípios com interesses comuns.

Essa condição de capacitação, associada à prestação de serviço e elaboração de produto, de forma participativa e multidisciplinar, enseja também o direcionamento de novos estudos e pesquisas nessa área de conhecimento, altamente demandante de inovação técnica, levando a uma maior integração da pós-graduação com a graduação na elaboração de projetos práticos de qualidade profissional.

Tem-se como perspectiva o funcionamento da Residência AU+E/UFBA em rede de cooperação e intercâmbio, com a possibilidade de orientação de projetos para municípios de outros estados brasileiros, em co-tutoria, com a participação de professores orientadores da universidade de origem do residente e do Núcleo-UFBA. Viabiliza-se assim a divulgação ampliada e a possibilidade de replicação, com o incentivo para a formação de núcleos similares de Residência Profissional em outras universidades, consolidando, assim, uma rede interativa de banco de projetos e experiências diversificadas.

SOBRE O PAPEL DA UNIVERSIDADE NO PROJETO INTEGRADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Este projeto articula no seu processo de execução as três esferas da vida acadêmica: ensino, pesquisa, e extensão, no momento em que propõe uma relação direta entre teoria e prática, envolvendo situações reais de forma participativa. Para isso, inclui um curso de atualização e capacitação para especialização profissional, incorporando o desenvolvimento de pesquisas, seminários, oficinas e elaboração de projetos, com a definição de métodos e técnicas de participação comunitária, com base em atividades de extensão em comunidades e serviço público de interesse social para habitação e cidade.

Ao promover a inserção da universidade nas comunidades para definir projetos que envolvem a gestão pública, essa atuação incentiva o envolvimento de órgãos governamentais – nas esferas federal, estadual, municipal –, entidades não-governamentais e associações comunitárias, para o desenvolvimento desses projetos, num processo de aprendizagem múltiplo e interativo.

Sendo a Residência AU+E/UFBA dirigido para profissionais recém-formados e gestores, suas atividades contribuem para articular mais estreitamente os níveis de

graduação e pós-graduação, de forma multidisciplinar. Prioritariamente voltado para os graduados em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, incorpora também, em menor escala, profissionais de áreas afins, com atuação ou vocação para trabalhos de assistência técnica a comunidades.

Pelo seu caráter inovador e prático, essa iniciativa traz um potencial de replicação e de mobilização de intercâmbios, incentivando novas possibilidades de cooperação, fomento e troca de experiências entre instituições com atuação em áreas de interesse social, viabilizando uma maior inserção social da universidade.

Essa nova experiência de interface entre ensino, pesquisa e extensão visa assim capacitar profissionais e cidadãos para viabilizar projetos inovadores de inserção urbana e inclusão social, aprendendo com a cidade, em um amplo e permanente diálogo, que defina novos compromissos pelo direito à cidade.

SOBRE OS AVANÇOS INSTITUCIONAIS

A atual estrutura do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU/FAUFBA, que passa a abrigar o projeto de Residência AU+E/UFBA, resulta da consolidação e expansão da experiência em cursos de especialização iniciados na FAUFBA, nos anos 1970. Inicialmente com o Curso de Especialização em Planejamento Urbano e Regional – CEPUR, com apoio da SUDENE, em três edições, seguido pelo Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos – CECRE, mantido desde 1981, referência mundial na área, sendo atualmente um Mestrado Profissional. Estas experiências *lato sensu* forneceram a base para viabilizar a criação de cursos *stricto sensu*, sendo o Mestrado Acadêmico, em 1983, e o Doutorado, em 2000, conforme aprovados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Essa trajetória de pós-graduação abriga, portanto, um período de maturação de quase quatro décadas, o que habilita plenamente este Programa a cumprir sua missão de qualificar professores, pesquisadores e profissionais capacitados, teórica, metodológica e tecnicamente, tanto nas áreas de análise, planejamento e proposição do espaço, quanto nas de preservação e história, no âmbito da arquitetura e do urbanismo.

A sua estrutura acadêmica abrange atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas simultaneamente, de forma integral e vinculadas à graduação. Duas áreas de concentração são oferecidas: Urbanismo e Conservação e Restauro, ambas convergindo para o campo crítico e propositivo do espaço construído e suas representações. Com enfoques de diferentes recortes e escalas de abordagem, ênfase especial na realidade regional, brasileira e latino-americana, esse espaço é concebido pela incorporação de seus significados políticos, sociais, culturais, históricos e estéticos. A pesquisa tem caráter estruturante no PPG-AU/FAUFBA, embasando a atividade de ensino e aglutinando docentes, discentes e pesquisadores associados. Ela se articula prioritariamente em linhas que têm o apoio de diversos núcleos e laboratórios, dentre eles o LabHabitat – Laboratório de Habitação e Cidade, proponente deste novo projeto.

Instalado na FAUFBA, o LabHabitat constitui-se em um grupo de pesquisa aprovado certificado pelo CNPq. Foi criado em 1993, por um grupo de professores e pesquisadores em habitação, no âmbito do então Mestrado em Arquitetura e Urbanismo dessa universidade, filiado-se à Linha de Pesquisa Processos Urbanos Contemporâneos. Visa experimentar, assessorar e assimilar novos enfoques para propor intervenções no espaço construído da habitação no contexto do ambiente urbano, bem como sistematizar informações para consolidação de um Centro de Referências. Para isso articula atividades de ensino-orientação, pesquisa e extensão, envolvendo graduação e pós-graduação. Detém espaço próprio, atualmente situado no Núcleo de Extensão da FAUFBA, dando suporte às atividades dessa nova Residência, com equipamentos, a internet pela rede UFBA, acesso às pesquisas e banco de dados, além de viabilizar contatos com os diversos laboratórios e núcleos de pesquisa existentes no PPGAU e na FAUFBA.

Seu acervo acumula diversos projetos desenvolvidos, desde a sua criação, pelos participantes, incluindo pesquisas, projetos de extensão e publicações, que tem subsidiado orientações de iniciação científica, dissertações, teses, projetos de pós-doutorado, publicações de livros, artigos e cartilhas, seminários, oficinas além de consultorias para o setor público, ONGs e associações de moradia, entre outras atividades. Dentre os resultados práticos, para além das atividades de ensino e pesquisa, seu acervo viabilizou subsídios na elaboração de políticas públicas nessa área temática, com destaque para a atual Política de Habitação de Interesse Social

de Salvador (PDDU-2008) e o Plano Municipal de Habitação de Salvador (2008-2025). Salienta-se ainda projetos de inovação que foram implantados, tais como: o projeto “Aprendendo com a Cidade” parceria com PMS/SEHAB, que recebeu o prêmio nacional CAIXA-IAB 2001, 1º lugar profissional-habitação, sendo doado e construído pelo Credito Solidário, a partir de 2007; o Plano de Bairro experimental para Mata Escura, experiência de extensão com jovens do ensino médio dessa comunidade, em 2004, com desdobramentos para um Plano de Intervenção, implantado pela PMS, a partir de 2008. Essas experiências acabaram por viabilizar a proposta ora apresentada.

Por sua vez, a Faculdade de Arquitetura da UFBA vem atuando nessa área de habitação de interesse social, com várias experiências de graduação e interação com a pós-graduação, incluindo oficinas, seminários e projetos experimentais, com destaque para a Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade – ACCS, iniciativa pioneira da Bahia; a Empresa Junior de Arquitetura - Projeta, o Curiar - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo e, mais recentemente, com o projeto de extensão “Que cidade é essa?”, com edições anuais, desde 2010, envolvendo alunos da graduação, professores e comunidades, em oficinas propositivas de uma semana, em determinada área da cidade. Na perspectiva de interação com essa especialização para assistência técnica recém iniciada, especial atenção deve ser dada aos trabalhos finais de graduação (TFGs) com temas nessa área de atuação, portanto com perspectiva de continuidade profissional, em nível de especialização.

Esse acúmulo de experiências na área da assistência técnica, em atividades de ensino, pesquisa e extensão na FAUFBA viabilizam a proposta de implantação de um Banco de Projetos e um Banco de Demandas, como suporte para as atividades da Residência AU+E/UFBA, que, por sua vez, realimenta esse acervo.

SOBRE OS DESAFIOS PARA CONSOLIDAÇÃO

Considerando o contexto brasileiro de grande precariedade habitacional e urbana, o projeto em tela alinha-se às demandas atualmente colocadas para profissionais de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, e áreas afins, ao promover a ampliação e institucionalização da assistência técnica nessa área de atuação, por meio da especialização profissional, com atuação prática orientada.

Tratando-se de uma iniciativa pioneira no Brasil, que se inspira na atuação já consolidada de Residência Médica, sua experimentação, ora em curso na UFBA, traz um grande potencial para aprimoramento e replicação de forma continuada, no âmbito da pós-graduação no Brasil. Para tal, deve avançar na promoção de intercâmbios com outras instituições de ensino e cooperação com entidades públicas alinhadas com seus objetivos, visando captar outras formas de apoio continuado, para a sua consolidação.

Um dos grandes desafios colocados para essa ampliação e consolidação é o fomento de bolsas de estudos e custeios adicionais de suporte, visando a sua atuação territorial, para além das periferias metropolitanas, para atuar em municípios com cidades menores e comunidades mais distantes, carentes de apoio técnico.

Nesse processo de potencialidade de fomento a projetos de intervenção, associado ao fortalecimento da cidadania, com foco em habitação e cidade, deve-se destacar também as possibilidades de incorporação de formas inovadoras para a integração da pós-graduação com o ensino básico. Trata-se de um dos pontos de indução apontados pela CAPES para os programas de pós-graduação, considerando que, em 2007, passou também a atuar na formação de professores da educação básica, ampliando o alcance de suas ações na formação de pessoal qualificado no Brasil e no exterior (CAPES, 2013). Nesse sentido, a implantação de residências no âmbito da pós-graduação das chamadas ciências sociais aplicadas, podem viabilizar atividades de integração com as escolas das comunidades envolvidas, por meio de oficinas e outros meios interativos sobre o tema da cidade e da cidadania.

Por outro lado, destaca-se ainda as necessárias práticas exploratórias, no exercício continuado de aprendizagem coletiva e capacitação mútua, no processo de interação de conhecimentos multidisciplinares e dos moradores. Tem-se como desafio na implementação de projetos locais despertar o sentido de pertencer a cidade, cuidar do ambiente onde se vive e promover uma maior urbanidade, discutindo e construindo meios para a melhoria urbana. Essa condição experimental, enseja também o direcionamento de novos estudos e pesquisas de pós-graduação multidisciplinar e inovação técnica, altamente demandantes de fomento, sobretudo para projetos em rede nacional.

A promoção dessas iniciativas de assistência técnica se por um lado busca incentivar a interiorização profissional, por outro lado, demanda apoio efetivo das suas instituições de representação, de municípios demandantes e de órgão públicos voltados para essa área de atuação.

Vencer esses desafios significa trazer a viabilidade de replicação desse projeto em rede nacional, criando condições e uma maior mobilização de intercâmbios, incentivando novas possibilidades de cooperação e troca de experiências. Fortalece assim a inserção social da universidade pública e a perspectiva de inovação tecnológica em áreas de interesse social.

Que os novos tempos fortaleçam tal iniciativa, na conquista de cidades melhores e mais justas!

REFERÊNCIAS:

- BASSUL, José Roberto. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. Eure, Vol. 28 Número 84. Pontificia Universidad Católica de Chile, Facultad de Arquitectura y Bellas Artes. Santiago, Chile: Instituto de Estudios Urbanos, 2002.
- BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 2a. edição, 1999 (original de 1998).
- BRANDÃO, Maria David de Azevedo. 'O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador'. In: VALLADARES, Lícia do Prado. Habitação em questão. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 2ª. edição, 1981 (original de 1978).
- BRANDÃO, Maria David de Azevedo. "Habitar como questão de política pública". In: GORDILHO-SOUZA, Angela Maria (org.). Habitar contemporâneo - novas questões no Brasil dos anos 90. Salvador: MAU/UFBA, 1997.
- BRASIL, Governo Federal. Programa de Aceleração do Crescimento. 28 de janeiro de 2007. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/>>. Acesso em fevereiro de 2007.
- BRASIL, Governo Federal. LEI No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. (Estatuto da Cidade)
- BRASIL, Governo Federal. LEI No 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003. (criação do Ministério das Cidades)
- BRASIL, Governo Federal. LEI No 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008. (Assistência Técnica)
- BRASIL. Ministério das Cidades. Assistência Técnica – um direito de todos. Experiências em habitação de interesse social no Brasil, Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007.
- BRASIL, Governo Federal. Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais. Ministério das Cidades, janeiro de 2008. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em 20/07/2009.
- BRASIL, Governo Federal. Programa Minha Casa Minha Vida. Brasília. 2010.
- BRASIL, Ministério das Cidades. [Coord. Nabil Banduki) Plano Nacional de Habitação, 2010.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Déficit Habitacional no Brasil 2008. Secretaria Nacional de Habitação, Brasília, 2011.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. História e missão. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso: em agosto de 2013.

FERREIRA, João Sette Whitaker (coord.). Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementar o de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo : LABHAB ; FUPAM, 2012.

GORDILHO-SOUZA, Angela Maria. Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador, 1946-1989. Dissertação de Mestrado apresentado ao IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 1990.

GORDILHO-SOUZA, Angela. Limites do Habitar; segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX, apresentada a FAUUSP, em outubro de 1999. (Publicada pela EDUFBA, em 2000; 2ª. edição com Posfácio, em 2008).

GORDILHO-SOUZA, Angela. Proposta de Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia; apresentada ao PPGAU-FAUFBA, em março de 2011.

GORDILHO-SOUZA, Angela. Os Desafios do Habitar na Metrópole Atual - Privatização seletiva e exclusividade na expansão urbana de Salvador. IN: GAMA, H e NASCIMENTO, J (orgs). A Urbanização de Salvador em Três Tempos: Colônia, Império e República. Salvador: IGHBA, 2011a

GORDILHO-SOUZA, Angela. Pelo Direito à Cidade. Jornal A Tarde, p.A2-Opinião, Salvador-Ba, em 24 de julho de 2013.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.

LEFEBVRE, H. (1968). O Direito à Cidade. São Paulo: Editora Moraes Ltda., 1991.

MARICATO, Ermínia. Habitação e Cidade. São Paulo: Atual Editora, 1997.

MARICATO, Ermínia. O Ministério das Cidades e a Política Urbana no Brasil. Revista AU – Arquitetura e Urbanismo. PINI, Edição 156 – Março, 2007.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. São Paulo, Editora Vozes. 2011.

RESIDÊNCIA MÉDICA. Residência de Saúde. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=506&id=12263&option=com_content&view=article> Acesso em: agosto de 2013.

RIBEIRO, Luiz C. Q. Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR/UFRJ: FASE, 1997.

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel - FAPESP, 1997.

ROLNIK, Raquel e BOTLER, Milton. Por uma Política de Reabilitação de Centros Urbanos. Campinas: Revista ÓCULUM - PUC Campinas, 2007

ROLNIK, Raquel (org.) Como produzir moradia bem localizada com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida? implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Brasília: Ministério das Cidades: 2010.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador, 2008 (Lei Municipal Nº 7.400/2008).

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Habitação. Política Habitacional de Interesse Social de Salvador. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador, 2008.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Habitação. Plano Municipal de Habitação de Salvador (2008-2025). 2008.

TASCHNER, S.P. Favelas e cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisa e políticas. São Paulo: FAU-USP, 1993.

UFBA. Proposta para Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia. Aprovado pelo PROEXT-UFBA em novembro de 2011.

VALLADARES, Lícia do Prado. Passa-se uma casa - análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2a. edição, 1982 (original de 1978).